

Uma gestão mais profissional da empresa liberaria o Estado para investir em áreas prioritárias

Governo deve deixar de tutelar a Petrobras

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, faz da Petrobras uma extensão do governo, na tentativa de segurar os atuais índices inflacionários. Essa estratégia, entretanto, não é pactuada pela atual presidente da estatal, Maria das Graças Silva Foster. A falta de repasse do aumento internacional do petróleo, aliado à evolução do dólar e à falta de recursos para investimentos estruturais, está paralisando a Petrobras. Tal situação reduziu o

lucro da estatal em 2012 em torno de 36%, ficando em R\$ 21,18 bilhões, um dos piores resultados da empresa. Este cenário, somado à falta de recursos para investir em expansão, gerou no mercado acionário a desconfiança de que a empresa não gerará o retorno esperado no curto prazo, resultando nas sucessivas quedas no valor das ações.

Para capitalizar a empresa, uma das possibilidades é buscar recursos no

mercado acionário. Entretanto, na atual situação e com valor de mercado significativamente mais baixo, não seria uma boa estratégia. O problema é que, com o aumento do endividamento, a Petrobras pode ter sua nota rebaixada pelas agências de risco, criando dificuldades extras para a prospecção de financiamento barato para manutenção dos projetos maduros e novas iniciativas de expansão dos negócios.

Como alternativas de reter recursos na empresa – que considero uma opção malvista pelo mercado – partiu-se para redução do dividendo pago ao acionista ordinário, situação que a empresa nunca havia adotado e que provocou um mal estar significativo. Outra situação arriscada é a venda de ativos, ação que já se

buscou 2012, sem sucesso. Mesmo sendo uma solução emergencial de caixa, pode prejudicar ainda mais os resultados.

Talvez esteja na hora do governo deixar que a Petrobras busque alternativas saudáveis por conta própria. Uma perspectiva que já poderia ser considerada é da privatização, que traria uma gestão mais profissional à empresa e liberaria o Estado para investir em áreas prioritárias, ao invés de lançar mão de mecanismos políticos para gerir organizações cuja maior necessidade é competência.

Argumentar que tal mecanismo seja estratégico para o país pode cavar um abismo sem fim, além do risco de perdermos uma organização que pode gerar muitos dividendos aos seus acionistas e a população em geral.